



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Hospital Cristiano Machado/Compras

Sabará, 22 de outubro de 2024.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

(Compra de bens e Contratações de Serviços)

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP N° 0511023 000137/2024

|  |  |                       |
|--|--|-----------------------|
| PROCESSO ADMINISTRATIVO:   | 0511023 000137/2024  |                       |
| CONTRATANTE:   | HCM/FHEMIG   |                       |
| OBJETO:  | Aquisição dos materiais Cíveis tem como objetivo solucionar o problema da baixa disponibilidade desses insumos no estoque do setor de manutenção do Hospital Cristiano Machado- HCM. |                       |
| VALOR TOTAL:   | Orçamento sigiloso   |                       |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO:  | MENOR PREÇO  |                       |
| EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:  | SIM  |                       |
| LOCAL: Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - <a href="http://compras.mg.gov.br/">http://compras.mg.gov.br/</a> |  |                       |
| PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: De 08/11/2024 às 17 :00 h até 14/11/2024 às 07:59 h                              |  |                       |
| DATA DA SESSÃO DE LANCES   | HORÁRIO DA ABERTURA  | HORÁRIO DO FECHAMENTO |
| 14/11/2024 - Quinta-Feira  | 08:00 hora(s)  | 14:00 hora(s)         |

## SUMÁRIO

[1. PREÂMBULO](#)

[2. OBJETO DA COTEP](#)

[3. PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS - COTEP](#)

[4. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP](#)

[5. FASE DE LANCES](#)

[6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS](#)

[7. HABILITAÇÃO](#)

[8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO](#)

[9. CONTRATAÇÃO](#)

[10. SANÇÕES](#)

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

### 1. **PREÂMBULO**

1.1. Torna-se público que a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG realizará procedimento de dispensa de licitação por valor, na forma eletrônica (COTEP), com o critério de julgamento de menor preço regime de fornecimento único nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução SEPLAG nº 34, de 24 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

### 2. **OBJETO DA COTEP**

2.1. O objeto da presente cotação eletrônica de preços - COTEP é a aquisição dos materiais Cíveis tem como objetivo solucionar o problema da baixa disponibilidade desses insumos no estoque do setor de manutenção do Hospital Cristiano Machado/Sabará -MG, conforme especificações e condições constantes deste aviso de dispensa de licitação por valor e dos seus anexos.

2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.

2.3. Em caso de divergência entre as disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e de seus anexos, e as demais peças que compõem o processo e/ou as especificações do objeto descritas no Portal de Compras/MG, prevalecerão as deste Aviso.

### 3. **PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS - COTEP**

3.1. A participação na presente Cotação Eletrônica de Preços - COTEP se dará exclusivamente por meio do [Portal de Compras do Estado de Minas Gerais](#).

3.1.1. As orientações para participação na Cotação Eletrônica de Preços – COTEP são apresentadas no [Manual COTEP MG - NLLC - Versão Fornecedor](#).

3.1.2. A aplicação dos benefícios previstos no arts. 49, inciso IV e 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 c/c o art. 14, inciso III, do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, ocorrerá de acordo com o estabelecido no Anexo I - Termo de Referência.

3.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem 3.2:

3.2.1. não se aplica no caso de contratação direta para aquisição dos materiais Cíveis tem como objetivo solucionar o problema da baixa disponibilidade desses insumos no estoque do setor de manutenção do Hospital Cristiano Machado/Sabará -MG, em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. para efeitos de observância do limite financeiro previsto nos subitens 3.2.1. e 3.2.2., deverá ser considerado o valor a ser despendido em toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações ou as vigências originais plurianuais.

3.2.4. Para fins do disposto neste aviso, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, se dará da seguinte forma:

3.2.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

3.2.4.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 2006;

3.2.4.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 1991;

3.2.4.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

- 3.3. **Poderão participar** desta COTEP os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste instrumento convocatório, e que estejam regularmente inscritos no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 47.524, de 2018, e da Resolução SEPLAG nº 93, de 2018.
- 3.3.1. A inscrição no CAGEF deve ser realizada no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da COTEP, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) - [Opção Cadastro de Fornecedoros](#).
- 3.3.2. Cada fornecedor deverá inscrever, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um fornecedor na presente COTEP.
- 3.3.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotora da COTEP por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.3.4. É dever do responsável legal conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do fornecedor e do seu representante para realização das transações inerentes à COTEP.
- 3.3.6. O fornecedor se responsabiliza:
- 3.3.6.1. pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
- 3.3.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.3.7. Informações complementares a respeito da inscrição podem ser obtidas no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou pela Central de Atendimento aos Fornecedoros, via e-mail: [cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br](mailto:cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br), com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.
- 3.4. **Não poderão participar** desta COTEP os fornecedores:
- 3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seu(s) anexo(s);
- 3.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.4.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.4.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- 3.4.4.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.4.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.4.4.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.4.4.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da COTEP, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente.
- 3.4.4.3.1. O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do participante.
- 3.4.4.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,

trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na COTEP ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4.4.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si.

3.4.4.6. empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República.

3.4.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### 4. **CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP**

4.1. Durante o período estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, o fornecedor interessado encaminhará a sua proposta, exclusivamente, por meio do [Portal de Compras do Estado MG](#), informando, obrigatoriamente no sistema:

4.1.1. a marca; e

4.1.2. o valor unitário e o valor total de cada lote.

4.2. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

4.2.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

4.2.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I - Termo de Referência, e do compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os bens em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior à 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

4.6. No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do Portal de Compras, às seguintes declarações:

4.6.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo a atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

4.6.2. que inexistente impedimento à sua habilitação, e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

4.6.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.6.4. a ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações

objeto da contratação direta

4.6.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

4.6.6. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.6.7. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

4.6.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.7.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

4.7. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) encaminhada(s) no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 2003 e alterações.

4.7.1. As fases de classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços, a adjudicação e a homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

4.7.2. O disposto nos subitens 4.7 e 4.7.1. não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

4.8. As informações da(s) proposta(s) comercial(is) encaminhada(s) pelo sistema podem ser alteradas pelo fornecedor até a data e horário marcados para a abertura da sessão.

## 5. FASE DE LANCES

5.1. Na data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, a sessão pública será automaticamente aberta para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrada no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global/unitário do lote.

5.2.2. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando for o caso, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.2.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 20,00 (vinte reais).

5.3. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, bem como todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

5.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para envio de lances, o Portal de Compras MG ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação, observado o respectivo critério de julgamento.

5.5. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.7. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no Portal de Compras MG.

5.7.1. Na hipótese de não serem enviados lances, e haver empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio para classificação das propostas empatadas.

## 6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar

quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a compra.

- 6.1.1. Havendo necessidade, o responsável pelo procedimento poderá suspender a sessão posteriormente à conclusão da etapa de lances, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.2. Poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O(s) valor(es) da negociação deverá(ão) ser registrado(s) em campo próprio do referido sistema.
- 6.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, tiver a sua proposta desclassificada em razão de sua oferta permanecer acima do preço máximo definido para a compra, a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, respeitada a ordem de classificação.
- 6.4. Estando o preço compatível, será solicitado ao fornecedor classificado em primeiro lugar o envio da sua proposta comercial assinada e adequada ao(s) último(s) valor(es) ofertado(s) ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), devendo ser observado o modelo apresentado no Anexo II – Proposta Comercial, e o disposto a seguir.
  - 6.4.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto (quando for o caso), e o preço unitário e total, devidamente atualizado.
  - 6.4.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.
  - 6.4.3. Caso esteja classificado em primeiro lugar, o fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá:
    - 6.4.3.1. informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.
    - 6.4.3.2. anexar à sua proposta comercial, a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
- 6.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.
- 6.6. Será desclassificada a proposta classificada em 1º lugar:
  - 6.6.1. que contiver vícios insanáveis;
  - 6.6.2. que descumprir às especificações técnicas pormenorizadas contidas neste instrumento convocatório;
  - 6.6.3. que apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a compra;
  - 6.6.4. que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou
  - 6.6.5. que apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.
- 6.7. Será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 6.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da compra, por apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 6.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
  - 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11. Da Apresentação de Amostras/Prova De Conceito:



6.11.1. Não haverá apresentação de amostras/prova de conceito no presente certame.

OU

6.11.2. O fornecedor classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar amostra/prova de conceito para a realização dos testes necessários à verificação do atendimento das especificações definidas no Anexo I – Termo de Referência.

6.11.3. Devem ser observadas as especificações detalhadas dos procedimentos e os critérios objetivos da avaliação, dispostos no Anexo I - Termo de Referência.

6.11.4. A data e local onde será realizada a avaliação técnica das amostras/prova de conceito serão divulgados no Portal de Compras, sendo facultada a presença de todos os fornecedores participantes.

6.11.5. O órgão/entidade responsável pela elaboração do Termo de Referência indicará a equipe técnica que realizará a análise da amostra/prova de conceito, cabendo à esta avaliar os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, segundo especificado objetivamente no Anexo I - Termo de Referência.

6.11.6. Os pareceres da equipe técnica, contendo o resultado da avaliação das amostras/provas de conceito, serão divulgados a todos os participantes interessados por meio do Portal de Compras.

6.11.7. No caso de não entregar a amostra/prova de conceito no prazo, sem justificativa aceita pela Administração, ou estando a mesma fora das especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência, a proposta do fornecedor será recusada.

6.11.8. Se a amostra/prova de conceito apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra/prova de conceito, observada a ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

6.12. Encerrada a análise quanto ao julgamento e aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar.

## 7. HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

| CONSULTA AOS CADASTROS  | FORNECEDOR<br>PESSOA<br>JURÍDICA -<br>CNPJ                   | FORNECEDOR<br>PESSOA<br>FÍSICA - CPF | SÓCIO<br>MAJORITÁRIO* -<br>CPF |
|---|--|--------------------------------------|--------------------------------|
| CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <a href="http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do">http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do</a> ;                        | SIM  | SIM                                  | NÃO                            |
| CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <a href="https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul">https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul</a>   | SIM  | SIM                                  | NÃO                            |
| Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site <a href="https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome">https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome</a>   | NÃO  | SIM                                  | NÃO                            |
| Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site <a href="https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF">https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF</a>   | NÃO<br>(Consultas já integram a certidão consolidada do TCU) | SIM                                  | NÃO                            |
| Consulta ao <a href="#">Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</a> e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Contraladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site <a href="https://certidoes.cgu.gov.br/">https://certidoes.cgu.gov.br/</a>  |  | SIM                                  | NÃO                            |
| Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site <a href="https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form">https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form</a> |  | SIM                                  | SIM                            |

| CONSULTA AOS CADASTROS  | FORNECEDOR<br>PESSOA<br>JURÍDICA -<br>CNPJ | FORNECEDOR<br>PESSOA<br>FÍSICA - CPF | SÓCIO<br>MAJORITÁRIO* -<br>CPF |
|---|--|--------------------------------------|--------------------------------|
| Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site <a href="https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/</a>  | SIM  | NÃO                                  | NÃO                            |
| Nota: * A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. |  |                                      |                                |

7.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, o responsável pelo procedimento iniciará a análise dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em 1º lugar, sendo exigidas somente aquelas elencadas no Anexo I - Termo de Referência.

7.2.1. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao Cagef, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

7.2.2. O fornecedor deverá manter atualizadas as comprovações constantes do CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

7.2.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 7.2.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 1 (uma ) hora sob pena de inabilitação.

7.2.3.1. A não regularização dos documentos constates do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.2.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.2.4.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2.4.2. ]Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Licitação Por Valor.

7.4. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.



7.5. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o fornecedor será habilitado.

## 8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Na hipótese de procedimento cuja pesquisa de preços tenha sido realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do art. 10 da Resolução Seplag nº 102, de 2022, deverá ser juntada aos autos da contratação a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira de que trata o inciso V do caput do art. 6º da Resolução Seplag n. 34 de 2023, como requisito para os atos de adjudicação e homologação.

8.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras.

8.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

## 9. CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, o fornecedor a ser contratado será convocado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de decair do direito à compra, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.

9.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta contratação direta, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

9.2. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e de compra consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

9.2.1. As condições de apresentação de Garantia da Execução são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

9.2.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou se recuse a assiná-lo, serão convocados os fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.3. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.3.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

9.5. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

9.6. Decorrido o prazo de validade da(s) proposta(s) comercial(is), sem convocação para assinatura do contrato, aceite ou retirada de instrumento equivalente, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9.7. O instrumento de contrato, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG

9.7.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais -

SEI/MG, por meio do link [www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno](http://www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno), e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

9.7.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail [atendimentosei@planejamento.mg.gov.br](mailto:atendimentosei@planejamento.mg.gov.br).

9.7.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

## 10. **SANÇÕES**

10.1. As sanções são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

## 11. **DO ANTINEPOTISMO**

11.1. É vedada a execução de serviços por empregados que sejam cônjuges, companheiros ou que tenham vínculo de parentesco em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, salvo se investidos por concurso público.

## 12. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente por mensagem eletrônica para os representantes de fornecedores inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

12.2. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

12.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

12.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste procedimento de contratação direta.

12.7. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.

12.8. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes deste procedimento, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

12.9. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Aviso de Dispensa de Licitação por Valor no site: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)

12.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.11. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO II – Modelo Proposta Comercial;

ANEXO III – Declaração Unificada.

**Andreza Conceição Lopes Vieira Sete**  
**Masp: 1305237-8**  
**Diretora Hospitalar/Ordenadora de Despesas**



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Conceição Lopes Vieira Sete, Diretor (a)**, em 07/11/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **100018399** e o código CRC **E9E6D5B1**.

**Referência:** Processo nº 2270.01.0051533/2024-90

SEI nº 100018399



Hospital Cristiano Machado - FHEMIG

MODELO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS

| DATA       | ÓRGÃO SOLICITANTE | NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA |
|------------|-------------------|-----------------------------|
| 13/05/2024 | HCM/FHEMIG        | 0511023                     |

| RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO                     | SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA |
|--|---|
| Nome:<br>E-mail: hcm.manutencao@fhemig.mg.gov.br | Andreza Conceição Lopes Vieira Sete<br>Direção          |

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais civis, sob a forma de entrega integral nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.
- 1.2. O objeto desta aquisição é caracterizado como comum, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. **Especificação do Objeto:**

| ITEM | CODIGO ITEM/MATERIAL | ITEM MATERIAL  | ELEMENTO DESPESA | QUANTIDADE | UNIDADE DE AQUISIÇÃO |
|------|----------------------|--|------------------|------------|----------------------|
| 1    | 63339                | ARAME DE ACO RECOZIDO PARA CONSTRUCAO CIVIL - BITOLA: 1,25MM, NR 18 (PG-07); FINALIDADE: ARMACAO DE LAGES, PILARES ETC;                            | 3019             | 5          | ROLO 105 METROS      |
| 2    | 147109               | AREIA - TIPO: LAVADA FINA;   | 3019             | 8          | M³                   |
| 3    | 181935               | AREIA - TIPO: LAVADA MEDIA   | 3019             | 4          | M³                   |
| 4    | 887161               | ARGAMASSA - AC III COMPOSICAO: CIMENTO + AGREGADOS MINERAIS ADITIVOS NAO TOXICOS; APLICACAO: INTERNO E EXTERNO; TIPO: ACIII E; SACO DE 20 Kg       | 3019             | 40         | SACO DE 20 kg        |
| 5    | 501557               | ARGAMASSA - ACII COMPOSICAO: CIMENTO BRANCO+CALCARIO DOLOM.+AREIA+ADITIVOS; APLICACAO: EM AREAS INTERNAS; TIPO: ACII, NA COR BRANCA; SACO DE 20 kg | 3019             | 15         | SACO DE 20 kg        |

|    |         |   |      |     |                |
|----|---------|---|------|-----|----------------|
| 6  | 1504355 | ASSENTO PARA VASO SANITARIO - MATERIA-PRIMA: POLIPROPILENO; TIPO: COM TAMPA; DIMENSOES: UNIVERSAL; FORMATO: -; COR: BRANCO;   | 3019 | 30  | UNIDADE        |
| 7  | 188883  | BRITA - NUMERO: 0; TIPO: GNAISE;  | 3019 | 8   | 1 METRO CUBICO |
| 8  | 395854  | BRITA - NUMERO: 1; TIPO: GNAISE;  | 3019 | 5   | 1 METRO CUBICO |
| 32 | 1248057 | BUCHA PAREDE N°6  | 3019 | 10  | Pacote 100Un   |
| 33 | 1250132 | BUCHA PAREDE N°8  | 3019 | 10  | Pacote 100Un   |
| 9  | 374504  | CANTONEIRA ALUMINIO - COMPRIMENTO: 3M   | 3019 | 20  | UNIDADE        |
| 10 | 147184  | CIMENTO - TIPO: PORTLAND COMPOSTO; TIPO 2: CP II E32;   | 3019 | 20  | UNIDADE        |
| 11 | 824747  | COLA MADEIRA - APLICACAO: MADEIRA DE MEDIA E BAIXA DENSIDADE; COMPOSICAO: PVAC (POLIMERO,VINILICO,TENSOATIVOS,PLASTIFICANTE); COR: BRANCA; COM NIVEL DE COLAGEM DE (MAD. X MAD.) D-1, CONFORME NORMAS EN-204 E EM -205. NA EMBALAGEM DEVERAO CONSTAR O NUMERO DO LOTE E AS DATAS DE FABRICACAO E VALIDADE DO PRODUTO. | 3019 | 2   | Quilograma     |
| 12 | 1544322 | DESENGRIPANTE - OLEO EM SPRAY - CONDICAO: DESENGRIPANTE, ANTICORROSIVO, ANTIOXIDANTE; COMPOSICAO: LUBRIFICANTE,SOLVENTE, FRAGRANCIA E GAS PROPELENTE;; DO TIPO WD-40;   | 3019 | 5   | UNIDADE        |
| 13 | 493112  | ESPUMA EXPANSIVA PARA VEDACAO - MATERIA-PRIMA: POLIURETANO; APRESENTACAO: TUBO;   | 3019 | 10  | UNIDADE        |
| 14 | 200425  | FECHADURA - MATERIA-PRIMA: ACO INOX; TIPO: CILINDRICA, COM MACANETA; UTILIZACAO: PORTA DE BANHEIRO;   | 3019 | 20  | UNIDADE        |
| 15 | 101460  | FECHADURA - MATERIA-PRIMA: ACO INOX; TIPO: CILINDRICA, COM TAMBOR E MACANETA; UTILIZACAO: PORTA EXTERNA;  | 3019 | 25  | UNIDADE        |
| 16 | 1202472 | FITA ADESIVA DUPLA FACE PARA CANALETA - 10 MTS  | 3019 | 30  | UNIDADE        |
| 17 | 792241  | FITA ANTIDERRAPANTE - MATERIA-PRIMA: MATERIAL ABRASIVO; REFLETIVIDADE: NAO REFLETIVA; COR: PRETA; MEDIDAS: 5CM X 20M;   | 3019 | 5   | UNIDADE        |
| 18 | 95400   | LIXA ABRASIVA - TIPO: D'AGUA; NUMERO: 180;  | 3019 | 100 | UNIDADE        |
| 19 | 320811  | LIXA ABRASIVA - TIPO: D'AGUA; NUMERO: 80;   | 3019 | 200 | UNIDADE        |
| 20 | 320765  | LIXA ABRASIVA - TIPO: PARA FERRO; NUMERO: 100;  | 3019 | 200 | UNIDADE        |
| 21 | 358185  | LIXA ABRASIVA - TIPO: PARA FERRO; NUMERO: 180;  | 3019 | 100 | UNIDADE        |
| 22 | 239798  | LONA PRETA 2X4 MTS  | 3019 | 2   | UNIDADE        |

|    |         |  |      |     |             |
|----|---------|--|------|-----|-------------|
| 23 | 1859463 | PARAFUSO Nº 6  | 3019 | 10  | CAIXA 100Un |
| 24 | 716316  | PARAFUSO Nº 8  | 3019 | 10  | CAIXA 100Un |
| 25 | 1125494 | PIA - MATERIA-PRIMA: LOUCA, TIPO LAVATORIO;<br>NUMERO CUBAS: 01 CUBA; FORMATO: REDONDO,<br>SEM COLUNA, NA COR BRANCA; MEDIDAS: 31CM X<br>41CM; | 3019 | 10  | UNIDADE     |
| 26 | 55450   | PREGO - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO;<br>TAMANHO: 10 X 10; CABECA: SEM CABECA;<br>ACABAMENTO: .;   | 3019 | 2   | Pacote      |
| 27 | 356093  | PREGO - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO;<br>TAMANHO: 15 X 15; CABECA: COM CABECA;<br>ACABAMENTO: .;   | 3019 | 4   | Pacote      |
| 28 | 356107  | PREGO - MATERIA-PRIMA: FERRO; TAMANHO: 17 X 21;<br>CABECA: COM CABECA; ACABAMENTO:<br>GALVANIZADO;   | 3019 | 4   | Pacote      |
| 29 | 1584642 | REJUNTE BRANCO, CIMENTICIO 1kg   | 3019 | 100 | UNIDADE     |
| 30 | 1933850 | SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G   | 3019 | 5   | UNIDADE     |
| 31 | 912395  | TORNEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO INOX,<br>ACABAMENTO CROMADO; BITOLA: 1/2 POLEGADA;<br>TIPO: PARA LAVATORIO, COM FECHAMENTO<br>AUTOMATICO;        | 3019 | 10  | UNIDADE     |

#### 1.4. Da Contratação:

- 1.4.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, da Lei 14.133/21, sendo este substituído por nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

## 2. DOS LOTES

#### 2.1. Do agrupamento de itens em lotes:

- 2.1.1. Na presente contratação não haverá agrupamento de itens distintos em lotes.

#### 2.2. Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:

- 2.2.1. A participação na presente licitação é limitada a licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, conforme o disposto no inciso I, art. 48 da LC 123/2006 e artigo 8º do Decreto Estadual nº47.437/2018.

## 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. O setor de manutenção do HCM realiza regularmente trabalhos de conservação e revitalização das dependências físicas prediais da unidade, que inclui a conferência da infraestrutura, e necessidades de adequações. A conservação predial desempenha um papel essencial, pois renova a estética e mantém um visual agradável.
- 3.2. A aquisição dos destes materiais tem como objetivo solucionar o problema da baixa disponibilidade desses insumos no estoque do setor de manutenção. A falta desses materiais compromete a capacidade de realizar trabalhos de forma eficiente e adequada nas dependências da Unidade.
- 3.3. Dessa forma, é crucial mantermos um estoque adequado desses itens, para garantir a prontidão e eficiência na execução dessas tarefas. O estoque abastecido permitirá ao setor de manutenção atender às demandas internas de forma eficiente, proporcionando um ambiente favorável e bem-cuidado para colaboradores, pacientes e visitantes.



3.3.1. Adota-se a modalidade COTEP – A aquisição de bens e a contratação de serviços comuns cujo valor estimado seja inferior ao limite previsto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 (alterado pelo Decreto Federal nº 11.317/2022) deverão ser processadas por Cotação Eletrônica de Preços (COTEP), nos termos estabelecidos no Decreto Estadual nº 46.095/2012 e na Resolução Seplog nº 34/2023, conforme item 3.3.3 do ETP id.88000255

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Da participação de consórcios:**

4.1.1. Não serão permitidas a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

##### **4.2. Da Subcontratação:**

4.2.1. 4.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

##### **4.3. Da Sustentabilidade:**

4.3.1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação.

##### **4.4. Da indicação de marcas ou modelos:**

4.4.1. OS itens deverá atender ao anexo 1.1 deste termo, sendo produto original.

##### **4.5. Da vedação de utilização de marca ou modelo:**

4.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

##### **4.6. Da exigência de carta de solidariedade:**

4.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

##### **4.7. Da Garantia da Contratação:**

4.7.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

##### **4.8. Condições e especificações da garantia do produto (fabricante, garantia legal ou garantia convencional), da manutenção e da assistência técnica:**

4.8.1. Será aplicada ao produto/bem, somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento definitivo do produto.

4.8.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.8.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.8.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.8.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.8.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.8.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.8.8. Na hipótese do subitem acima, o fornecedor deverá disponibilizar material equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos de manutenções corretivas na instituição.

4.8.9. Decorrido o prazo para substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo fornecedor, fica o Contratante autorizado a adquirir o insumo com outra empresa, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos materiais.

4.8.10. O custo referente ao transporte dos insumos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **5.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

5.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de modalidade de licitação COTEP, será utilizada para aquisição de bens em que a disputa pelo fornecimento será feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e será realizada de maneira **eletrônica** (onde os licitantes se encontram em sala virtual pela internet, usando o Portal de Compras MG). sob a forma [ELETRÔNICA], com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da Lei 14.133/21, tendo em vista a justificativa no item **2.1**, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.2.1 e 2.1.2.2 do ETP id.88000255

### **5.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta:**

5.2.1. A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico no portal de compras/MG em campo próprio e conter minimamente as seguintes informações:

5.2.1.1. Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca e modelo ofertados, com especificação de cada item;

5.2.1.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

5.2.1.3. Validade da propostas será de 30 dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

5.2.1.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

5.2.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

5.2.2.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

5.2.3. Os fornecedores deverão enviar, via sistema eletrônico, juntamente com a proposta comercial, ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.2.3.1. A exigência destes documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo fornecedor atende integralmente o descritivo especificado pela Administração.

5.2.4. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

5.2.4.1. Contiverem vícios insanáveis;

- 5.2.4.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
- 5.2.4.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 5.2.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.2.4.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.
- 5.2.5. **Da Amostra:**
- 5.2.5.1. Serão exigido o envio de amostras, conforme disposto no §3º, art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, para os itens: do quadro 1.1 do termo de referência aos insumos que apresentarem dúvidas em suas especificações em ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder.
- 5.2.5.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra do produto ofertado em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação da Administração.
- 5.2.5.3. A apresentação da amostra se justifica para que seja verificada e atestada a qualidade e conformidade dos materiais de acordo com as especificações exigidas neste termo de referência, conforme inciso II, art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.5.4. As amostras deverão ser entregues no endereço Rua Santana, nº600 - Bairro Santo Antônio de Roça Grande / Sabará-MG, durante o horário comercial, no prazo limite de 09:00 às 12:00 Horas e 13: às 16:00 Horas, sob pena de desclassificação, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega, extravio ou fatos de terceiros.
- 5.2.5.5. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação formal fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 5.2.5.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 5.2.5.7. As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas com o nome do fornecedor, número do processo na embalagem original de comercialização e rótulo de acordo com a legislação vigente (número do lote, data de fabricação, prazo de validade, razão social e endereço do fabricante e importador e nome do responsável técnico), com instruções de uso em português, advertências e precauções.
- 5.2.5.8. A data e local onde serão realizados os procedimentos de avaliação técnica das amostras serão informados pela Administração, durante a realização do procedimento de contratação, de forma a permitir o acompanhamento das avaliações por todos os participantes interessados.
- 5.2.5.9. Quando se tratar de item de valor unitário não significativo ou que a amostra seja de um produto descartável ou que fique inutilizável após os testes, a Administração ficará com o item e providenciará o seu descarte 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento de contratação.
- 5.2.6.9.1. As amostras aprovadas não poderão ser descontadas do quantitativo total do material a ser adquirido.
- 5.2.5.10. Quando se tratar de itens com valores mais significativos ou que a amostra não seja de um produto descartável ou os testes realizados não inutilizem o produto, a

amostra poderá ser restituída após o término da licitação mediante solicitação do fornecedor, às suas custas de retirada, ou então deduzida do montante a ser entregue.

- 5.2.5.11. Após a divulgação do resultado final do procedimento de contratação, as amostras entregues poderão ser recolhidas pelos fornecedores, às suas custas, no prazo de 10 (Dez) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 5.2.5.12. Os procedimentos de avaliação técnica das amostras serão realizados pela equipe técnica indicada pelo órgão/entidade responsável pela elaboração do Termo de Referência, facultado o acompanhamento pelos fornecedores interessados.
- 5.2.5.13. Para realização da avaliação técnica, para cada item, os fornecedores deverão fornecer 05 (Cinco) unidades de amostra para cada item solicitado no item 5.2.5.1.
- 5.2.5.14. As amostras apresentadas pelos fornecedores deverão ser de lote comercial, não sendo aceitos produtos produzidos com o único fim de serem apresentados como amostras.
- 5.2.5.15. Será realizada a comparação entre a amostra apresentada pelo licitante e as especificações técnicas do item ao qual a amostra corresponde, bem como às características gerais e mandatórias do objeto desta contratação.
- 5.2.5.16. Serão avaliados os seguintes critérios objetivos de padrões mínimos de aceitabilidade e/ou realizados os seguintes testes:

| ITEM | CODIGO ITEM/MATERIAL | ITEM MATERIAL  | CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS   |
|------|----------------------|--|---|
| 1    | 63339                | ARAME DE ACO RECOZIDO PARA CONSTRUCAO CIVIL - BITOLA: 1,25MM, NR 18 (PG-07); FINALIDADE: ARMACAO DE LAGES, PILARES ETC;                            | <ul style="list-style-type: none"><li>• Diâmetro correto do arame</li><li>• Resistência à tração</li><li>• Acabamento superficial - Lisura e ausência de corrosão</li><li>• Tolerância de enrolamento</li></ul> |
| 2    | 147109               | AREIA - TIPO: LAVADA FINA;   | <ul style="list-style-type: none"><li>• Tamanho dos grãos</li><li>• Presença de contaminantes (argila e impurezas)</li><li>• Certificado de origem</li></ul>  |
| 3    | 181935               | AREIA - TIPO: LAVADA MEDIA   |   |
| 4    | 887161               | ARGAMASSA - AC III COMPOSICAO: CIMENTO + AGREGADOS MINERAIS ADITIVOS NAO TOXICOS; APLICACAO: INTERNO E EXTERNO; TIPO: ACIII E; SACO DE 20 Kg       | <ul style="list-style-type: none"><li>• Espessura solicitada</li><li>• Data de fabricação e validade</li><li>• Integridade da embalagem</li><li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li></ul>              |
| 5    | 501557               | ARGAMASSA - ACII COMPOSICAO: CIMENTO BRANCO+CALCARIO DOLOM.+AREIA+ADITIVOS; APLICACAO: EM AREAS INTERNAS; TIPO: ACII, NA COR BRANCA; SACO DE 20 kg |   |

|    |         |   |   |
|----|---------|---|---|
| 6  | 1504355 | ASSENTO PARA VASO SANITARIO - MATERIA-PRIMA: POLIPROPILENO; TIPO: COM TAMPA; DIMENSOES: UNIVERSAL; FORMATO: -; COR: BRANCO;   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensão e material de fabricação</li> <li>• Acabamento - superfície lisa e sem deformação</li> <li>• Qualidade e robustez no sistema de fixação</li> <li>• Cor conforme solicitada</li> </ul>             |
| 7  | 188883  | BRITA - NUMERO: 0; TIPO: GNAISE;  | N/A   |
| 8  | 395854  | BRITA - NUMERO: 1; TIPO: GNAISE;  |   |
| 32 | 1248057 | BUCHA PAREDE Nº6  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material de plástico ou nylon de alta resistência</li> <li>• Capacidade de carga suportada</li> <li>• Diâmetro e comprimento</li> <li>• Certificação do fabricante</li> </ul>                              |
| 33 | 1250132 | BUCHA PAREDE Nº8  |   |
| 9  | 374504  | CANTONEIRA ALUMINIO - COMPRIMENTO: 3M   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensão, espessura e Ângulo correto</li> <li>• Acabamento superficial - tratamento contra corrosão</li> <li>• Resistência à deformação</li> <li>• Cor conforme solicitada</li> </ul>                      |
| 10 | 147184  | CIMENTO - TIPO: PORTLAND COMPOSTO; TIPO 2: CP II E32;   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Data de fabricação e validade</li> <li>• Granulação conforme solicitado</li> <li>• Integridade da embalagem</li> <li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li> </ul>                                   |
| 11 | 824747  | COLA MADEIRA - APLICACAO: MADEIRA DE MEDIA E BAIXA DENSIDADE; COMPOSICAO: PVAC (POLIMERO,VINILICO,TENSOATIVOS,PLASTIFICANTE); COR: BRANCA; COM NIVEL DE COLAGEM DE (MAD. X MAD.) D-1, CONFORME NORMAS EN-204 E EM -205. NA EMBALAGEM DEVERAO CONSTAR O NUMERO DO LOTE E AS DATAS DE FABRICACAO E VALIDADE DO PRODUTO. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Data de fabricação e qualidade</li> <li>• Resistente à umidade</li> <li>• Tempo de cura e força de adesão</li> <li>• Integridade da embalagem</li> <li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li> </ul> |

|    |         |  |   |
|----|---------|--|---|
| 12 | 1544322 | DESENGRIPANTE - OLEO EM SPRAY - CONDICAO:<br>DESENGRIPANTE, ANTICORROSIVO, ANTIOXIDANTE;<br>COMPOSICAO: LUBRIFICANTE,SOLVENTE, FRAGRANCIA E<br>GAS PROPELENTE;; DO TIPO WD-40; | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Composição química - não corrosivo</li> <li>• Eficácia de penetração</li> <li>• Capacidade lubrificante</li> <li>• Cheiro/fragrancia suave</li> <li>• Integridade da embalagem - não pode conter frasco amassado</li> <li>• Data de fabricação e validade</li> <li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li> </ul> |
| 13 | 493112  | ESPUMA EXPANSIVA PARA VEDACAO - MATERIA-PRIMA:<br>POLIURETANO; APRESENTACAO: TUBO;   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de expansão</li> <li>• Densidade da espuma</li> <li>• Adesão a diferentes superfícies</li> <li>• Resistencia a variações térmicas</li> <li>• Integridade da embalagem</li> <li>• Data de fabricação e validade</li> <li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li> </ul>                                 |
| 14 | 200425  | FECHADURA - MATERIA-PRIMA: ACO INOX; TIPO:<br>CILINDRICA, COM MACANETA; UTILIZACAO: PORTA DE<br>BANHEIRO;  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatibilidade com o tipo de porta</li> <li>• Material da fechadura resistente a corrosão - inox</li> <li>• Mecanismo de travamento - durabilidade</li> <li>• Acabamento superficial - sem arranhões, amassados e/ou deformidades</li> </ul>  |
| 15 | 101460  | FECHADURA - MATERIA-PRIMA: ACO INOX; TIPO:<br>CILINDRICA, COM TAMBOR E MACANETA;<br>UTILIZACAO: PORTA EXTERNA;   |   |
| 16 | 1202472 | FITA ADESIVA DUPLA FACE PARA CANALETA - 10 MTS   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fita acrílica</li> <li>• Aderência em diferentes superfícies</li> <li>• Resistencia à tração</li> <li>• Espessura da fita</li> <li>• Resistente à umidade e ao tempo</li> <li>• Integridade da embalagem</li> <li>• Data de fabricação e validade</li> <li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li> </ul>         |
| 17 | 792241  | FITA ANTIDERRAPANTE - MATERIA-PRIMA: MATERIAL<br>ABRASIVO; REFLETIVIDADE: NAO REFLETIVA; COR: PRETA;<br>MEDIDAS: 5CM X 20M;  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade do material e aderência ao piso</li> <li>• Durabilidade e resistência ao desgaste</li> <li>• Textura superficial</li> <li>• Resistência a água</li> <li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li> </ul>  |



|    |         |   |   |
|----|---------|---|---|
| 18 | 95400   | LIXA ABRASIVA - TIPO: D'AGUA; NUMERO: 180;  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grau de abrasividade</li> <li>• Resistência ao desgaste</li> <li>• Flexibilidade do papel</li> <li>• Qualidade do revestimento abrasivo</li> <li>• Adequação ao tipo de material a ser lixado</li> </ul>   |
| 19 | 320811  | LIXA ABRASIVA - TIPO: D'AGUA; NUMERO: 80;   |   |
| 20 | 320765  | LIXA ABRASIVA - TIPO: PARA FERRO; NUMERO: 100;  |   |
| 21 | 358185  | LIXA ABRASIVA - TIPO: PARA FERRO; NUMERO: 180;  |   |
| 22 | 239798  | LONA PRETA 2X4 MTS  |   |
| 23 | 1859463 | PARAFUSO Nº 6   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material resistente a oxidação</li> <li>• Comprimento e diâmetros corretos</li> <li>• Tipo de rosca</li> <li>• Acabamento superficial com proteção corrosiva</li> </ul>  |
| 24 | 716316  | PARAFUSO Nº 8   |   |
| 25 | 1125494 | PIA - MATERIA-PRIMA: LOUCA, TIPO LAVATORIO; NUMERO CUBAS: 01 CUBA; FORMATO: REDONDO, SEM COLUNA, NA COR BRANCA; MEDIDAS: 31CM X 41CM; | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensão conforme solicitado</li> <li>• Acabamento perfeito sem trincas ou lascas</li> <li>• Resistência ao impacto</li> <li>• Presença de furos para torneira e escoamento</li> <li>• Cor conforme solicitada</li> </ul>  |
| 26 | 55450   | PREGO - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; TAMANHO: 10 X 10; CABECA: SEM CABECA; ACABAMENTO: .;  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material resistente a oxidação</li> <li>• Comprimento e espessura</li> <li>• Tipo de cabeça conforme solicitado</li> <li>• Qualidade da ponta - facilidade para penetração</li> <li>• Certificação de resistência</li> <li>• Integridade da embalagem</li> </ul> |
| 27 | 356093  | PREGO - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; TAMANHO: 15 X 15; CABECA: COM CABECA; ACABAMENTO: .;  |   |
| 28 | 356107  | PREGO - MATERIA-PRIMA: FERRO; TAMANHO: 17 X 21; CABECA: COM CABECA; ACABAMENTO: GALVANIZADO;  |   |
| 29 | 1584642 | REJUNTE BRANCO, CIMENTICIO 1kg  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Data de fabricação e validade</li> <li>• Cor conforme solicitado</li> <li>• Integridade da embalagem</li> <li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li> </ul>  |
| 30 | 1933850 | SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Flexibilidade</li> <li>• Resistente à umidade</li> <li>• Aderente em diferentes superfícies</li> <li>• Integridade da embalagem</li> <li>• Data de fabricação e validade</li> <li>• Primeira qualidade conforme solicitado</li> </ul>                            |

|    |        |  |   |
|----|--------|--|---|
| 31 | 912395 | TORNEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO INOX, ACABAMENTO CROMADO; BITOLA: 1/2 POLEGADA; TIPO: PARA LAVATORIO, COM FECHAMENTO AUTOMATICO; | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material resistente à corrosão</li> <li>• Vedação perfeita</li> <li>• Compatibilidade com sistema hidráulico</li> <li>• Acabamento superficial - sem arranhões, amassados e/ou deformidades</li> <li>• Certificação de economia de água</li> </ul> |
|----|--------|--|---|

5.2.5.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2.5.18. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5.2.5.19. Será assegurado o direito de interpor recurso e exercitar o contraditório e a ampla defesa frente ao laudo ou parecer que concluir pela desconformidade da amostra ao objeto da contratação, devendo ser realizado no momento da fase recursal, conforme disposto no instrumento convocatório.

5.2.5.20. Poderão ser agregados à análise, para efeito de orientação técnica, classificação ou desclassificação, indicadores da experiência anterior no uso do produto pelo ÓRGÃO/ENTIDADE, bem como informações junto a outros órgãos públicos ou privados que já o tenham usado, além da análise de prospecto ou catálogo do material.

5.2.5.21. Os Pareceres da área técnica, contendo o resultado da avaliação técnica das amostras, serão divulgados a todos os participantes interessados.

#### 5.2.6. **Da Prova de Conceito (Poc):**

5.2.6.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

#### 5.3. **Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:**

5.3.1. Não se aplica.

### 6. **EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### 6.1. **Prazo de Entrega:**

6.1.1. prazo de entrega do objeto é de até 10 (Dez) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

6.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei nº

**6.2. Do Local e Horário de Entrega:**

- 6.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Santana nº600, Bairro Santo Antônio de Roça grande - Sabará/MG, no horário de 09:00 às 12:00 Horas e 13: às 16:00 Horas.
- 6.2.2. O horário deverá ser aprovado combinado previamente com a CONTRATANTE via e-mail [hcm.manutencao@fhemig.mg.gov.br](mailto:hcm.manutencao@fhemig.mg.gov.br) ou nos contatos telefônicos (31)3679-4217/4218.
- 6.2.3. Não haverá a possibilidade de recebimento aos sábados, domingos, feriados e fora do horário estipulado no item 6.2.1 deste termo de referência.

**6.3. Das Condições de Recebimento:**

- 6.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.
- 6.3.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.
- 6.3.3. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.
- 6.3.4. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078, de 1990.
- 6.3.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.3.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, notificando-se ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.3.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 6.3.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez ) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.**

**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas

avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.3. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade no fornecimento do contrato, o fiscal do contrato dará ciência ao Contratado, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.
- 7.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.4.1. Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.
- 7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- 7.7. O Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste termo de referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial do Contratado.
- 7.8. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.
- 7.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

1

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.
- 8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.2.1. O prazo de validade;
- 8.2.2. A data da emissão;
- 8.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 8.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.5. O valor a pagar; e
- 8.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

- 8.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.5. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.
- 8.6. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.
- 8.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.8. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.9. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.

#### **OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

##### **9.1. Do Contratante:**

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

- 9.1.10. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 9.1.11. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 9.1.12. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

9.2. **Do Contratado:**

- 9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 9.2.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 9.2.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
  - 9.2.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 9.2.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  - 9.2.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
  - 9.2.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 9.2.1.7. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
  - 9.2.1.8. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
  - 9.2.1.9. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
  - 9.2.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
  - 9.2.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
  - 9.2.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando



solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.2.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.2.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.2.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 10. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1. O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.
- 10.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.
- 10.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.4. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 10.5. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 10.6. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 11. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, tendo em vista que, será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances (art. 7º, § 3º, da Lei Federal nº 12.527/2014)", tendo em vista o art. 15, § 1º, do Decreto Estadual nº 48.012/2020: § 1º – *O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será*

12. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício financeiro vigente].

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 227110 302 019 4030 0001  
33 90 **3019** 0 10 1

12.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Juliana da Silva Fernandes

Masp: 1307354-9



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pereira Dos Santos Vasconcelos**, **Servidor(a) Público(a)**, em 21/10/2024, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Conceição Lopes Vieira Sete**, **Diretor (a)**, em 23/10/2024, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **95575054** e o código CRC **DA9E074C**.

**Referência:** Processo nº 2270.01.0051533/2024-90

SEI nº 95575054



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Hospital Cristiano Machado/Compras

Anexo nº II - PROPOSTA COMERCIAL/FHEMIG/HCM/COMPRAS/2024

PROCESSO Nº 2270.01.0051533/2024-90

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA COMPRA DE BENS

|   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| <p><b>PROPOSTA COMERCIAL PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR Nº 0511023 0000137/2024</b></p> <p>(preenchida em papel timbrado da proponente)</p> |                                      |
| <p>DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA</p>  | <p>PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE</p> |
| <p>Razão Social</p>   |                                      |
| <p>CNPJ</p>   |                                      |
| <p>Endereço</p>   |                                      |
| <p>Telefone</p>   |                                      |
| <p>Endereço Eletrônico</p>  |                                      |
| <p>Nome do Representante Legal</p>  |                                      |
| <p>CPF do Representante Legal</p>   |                                      |

|  |   |  |                                     |                                 |
|--|---|--|-------------------------------------|---------------------------------|
| .  |   |  |                                     |                                 |
| LOTE: 01 - _____,<br>conforme<br>especificação técnica<br>do item _____ do<br>Anexo I do Aviso de<br>Dispensa de Licitação<br>por Valor.   | <b>VALOR<br/>UNITÁRIO COM<br/>ICMS</b>                      | <b>VALOR<br/>UNITÁRIO SEM<br/>ICMS</b> | <b>VALOR<br/>TOTAL COM<br/>ICMS</b> | <b>VALOR TOTAL<br/>SEM ICMS</b> |
|  | R\$   | R\$                                    | R\$                                 | R\$                             |
|  | <b>Optante pelo Simples Nacional?</b> Não (____) Sim (____) |  |                                     |                                 |
|  | <b>Marca / Modelo:</b>                                      |  |                                     |                                 |
|  | <b>Prazo de Garantia:</b>                                   |  |                                     |                                 |
| .  |   |  |                                     |                                 |
| .  |   |  |                                     |                                 |
| .  |   |  |                                     |                                 |
| .  |   |  |                                     |                                 |
| <b>Observações:</b>  |   |  |                                     |                                 |
| <b>Prazo de Validade<br/>da Proposta :</b>   |   |  |                                     |                                 |
| <b>Prazo de<br/>Entrega:</b>   |   |  |                                     |                                 |
| <b>Local de Entrega:</b>   |   |  |                                     |                                 |
| Declaro que: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor;</li> <li>b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;</li> <li>c) esta proposta foi elaborada de forma independente;</li> </ul> |   |  |                                     |                                 |
| As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).   |   |  |                                     |                                 |
| Data e local.  |   |  |                                     |                                 |
| Assinatura do Representante Legal da Empresa   |   |  |                                     |                                 |



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Conceição Lopes Vieira Sete, Diretor (a)**, em 07/11/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **101121385** e o código CRC **3F07D85E**.

**Referência:** Processo nº 2270.01.0051533/2024-90

SEI nº 101121385



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais**

**Hospital Cristiano Machado/Compras**

**Anexo nº III - DECLARAÇÕES UNIFICADAS/FHEMIG/HCM/COMPRAS/2024**

**PROCESSO Nº 2270.01.0051533/2024-90**

### **ANEXO III – SUGESTÕES DE MODELOS DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS**

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei:

1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
2. que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista;
3. o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
4. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
5. que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV art. 63 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
6. o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;
7. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional;
8. não foi declarada inidônea para licitar ou contratar como Poder Público em qualquer de suas esferas.
9. declara que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias.

(Local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Empresa e assinatura do responsável legal





Documento assinado eletronicamente por **Andreza Conceição Lopes Vieira Sete, Diretor (a)**, em 07/11/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **101122958** e o código CRC **56C56E6E**.

Referência: Processo nº 2270.01.0051533/2024-90

SEI nº 101122958